

Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): implicações e desafios nas práticas de gestores e docentes de escolas públicas (2007-2012)

MALÚ DE SOUZA FERNANDES

Faculdade de Educação da USP (Brasil)

maluferndes@usp.br

RITA DE CASSIA GALLEGO

Faculdade de Educação da USP (Brasil)

ritagallego@usp.br

Resumo:

As avaliações externas compõem as políticas públicas educacionais brasileiras implantadas a partir da década de 1990. No Estado de São Paulo, as avaliações externas constituíram-se elementos inerentes à atividade escolar mediante a implantação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), impondo muitos desafios, de modo particular, aos gestores e professores. A comunicação proposta, fruto de pesquisa em andamento no âmbito do mestrado, tem como objetivo discutir as possíveis implicações e desafios enfrentados nas práticas pedagógicas e administrativas de escolas públicas da rede estadual paulista que oferecem o Ensino Fundamental I, particularmente duas escolas localizadas na periferia da zona Sul da cidade de São Paulo, após a implementação do SARESP, em 2007. Nesta oportunidade, será privilegiada a discussão de dados da legislação e dos documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo sobre o SARESP. A análise é ancorada nos referenciais teóricos de Azanha, Frago e Escolano, que têm contribuído para o mapeamento das práticas escolares, a partir do conceito de cultura escolar e, de Catani e Gallego para a reflexão em relação à avaliação escolar. Os estudos realizados até 2007 sinalizavam o SARESP como fator de indução sobre o

currículo nas escolas, o que se concretizou nos textos legais elaborados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Já os estudos realizados após 2007 apontavam o SARESP como orientador de práticas escolares e fator de legitimação das mesmas, juntos às instituições de ensino.

Palavras-chave: Avaliação externa; Avaliação da aprendizagem; Práticas de Ensino.

Abstract:

External evaluations comprise the educational policies implemented in Brazil from the 1990s. In São Paulo, external evaluations constituted elements are inherent to school through the implementation of the System of School Performance Evaluation of the State of São Paulo (SARESP), imposing many challenges, in particular, managers and teachers. The proposed communication, the result of ongoing research in the Masters, aims to discuss the possible implications and challenges in teaching practices and administrative public school state public offering elementary school, particularly two schools located on the outskirts of the south of the city of São Paulo, after the implementation of SARESP in 2007. This time, the discussion will turn to data legislation and official documents of the Department of Education of the State of São Paulo on SARESP. The analysis is grounded in the theoretical framework of Azanha, Frago and Escolano, which have contributed to the mapping of school practices, from the concept of school culture, and Catani and Gallego for reflection in relation to school evaluation. Studies to 2007 signaled SARESP factor induction on the curriculum in schools, which has resulted in legal texts downloaded from the Ministry of Education of São Paulo. The studies conducted after 2007 pointed SARESP school practices as guiding factor and legitimization of same, together with educational institutions.

Keywords: External evaluations; Learning evaluation; Teaching practice

Introdução

A educação é também um ato político, a própria escola traz em sua gênese a essência de um projeto de nação arquitetado pelos regimes políticos de cada período histórico, pois

(...) a escola, bem como trata Martin Lawn (2000), integra um projeto civilizador o qual pretende alcançar a todos da nação. Sem dúvida, a história da escola, de modo particular da sua cultura, é influenciada em diferentes países por traços característicos do regime político. (GALLEGO, 2008, p. 38).

Ponderamos, no entanto, que nenhuma política educacional é implantada e efetivada sem que haja ações práticas no âmbito das salas de aula, não negando as forças exercidas por essas esferas na intenção de concretização das políticas, mas entendendo que a sua implantação depende da prática de cada unidade escolar. Conforme assinala Azanha (1991, p.69), acerca das sucessivas reformas da educação brasileira, que a cada nova reforma não se realiza um exame da repercussão das reformas anteriores no interior da vida escolar. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que não há descrições confiáveis acerca das alterações da vida escolar provocadas pelas reformas, quase sempre há uma série de julgamentos ideológico sobre as mesmas. Porém, é no interior das salas de aula que o destino de políticas e reformas educacionais é definido, segundo Azanha. Essas considerações, embora a propósito do contexto educacional da década de 1990, são muito perspicazes e adequadas para se pensar o objeto deste texto: implicações e desafios nas práticas de gestores e docentes de escolas públicas após a implementação de uma avaliação externa – o SARESP.

A avaliação, inerente à prática escolar e elemento da cultura escolar, não pode ser vista como algo natural no processo escolar, pois não o é, trata-se de uma prática produzida por uma cultura contextualizada num período histórico e para atender a uma demanda social de sua época. No contexto atual “os exames integram cada vez mais intensamente a cultura escolar” (Catani & Gallego, 2009, p.30).

A escola tem sua cultura estabelecida e que é institucionalizada, que se manifesta, segundo Escolano (2002) através do conjunto de ideias, pautas, práticas, mentalidades, hábitos e comportamentos que estão consolidados e se estrutura sobre

processos, valores, normas, regras, ritos e tradições. No entanto, devemos considerar que a cultura escolar também sofre pressões das estruturas sociais, inclusive das reformas políticas que delas emergem. Nesse sentido Frago (1996, p. 37) sublinha que “as macro reformas estruturais e curriculares geradas desde o âmbito político administrativo modificam, pois, a cultura escolar”. Assim, qualquer reforma produz efeitos não previstos e cada escola a assimila e dela faz uso de maneira própria e peculiar. Desse modo, uma única reforma tem sua implantação e desdobramentos singulares em cada instituição escolar, produzindo inovações e continuidades, mudanças e permanências.

É importante se levar em conta que a avaliação, enquanto prática escolar e objeto de políticas educacionais, “assumiu, ao longo dos anos, sentidos particulares, havendo, marcas de rupturas, mas também, marcas de permanências e ressignificações”. (Catani & Gallego, 2009, p.31).

O presente trabalho é parte da pesquisa desenvolvida e, em andamento, no Programa de Mestrado em Educação, junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que pretende investigar as possíveis implicações do SARESP para as práticas escolares relativas à avaliação orientadas e realizadas por gestores e professores do Ensino Fundamental I, no interior de duas escolas públicas da rede estadual paulista, no período de 2007 a 2012. Tal investigação tem sido efetivada mediante a coleta de dados por meio do levantamento, leitura e sistematização da legislação, dos documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo sobre o SARESP, dos documentos escolares que possam trazer indícios das mudanças nas práticas escolares no período estudado e, entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas. A análise dos dados está sendo realizada à luz das contribuições teóricas de Azanha (1991), Frago (1996) e Escolano (2002), sobre políticas educacionais e práticas escolares, a partir do conceito de cultura escolar e de Catani e Gallego (2009) para a reflexão sobre a avaliação escolar.

Nesta oportunidade, será apresentada uma discussão acerca das disposições sobre o SARESP com base nos textos legais do Estado de São Paulo que versam sobre o referido sistema de avaliação e nas políticas que foram desencadeadas desde a

implementação do SARESP na Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo, em consequência dos resultados apresentados pelas escolas. Busca-se dar visibilidade à estrutura desse exame e as prescrições acerca dos modos de trabalho a serem notados nas escolas desde sua implantação. Apresentamos, ainda, um panorama sobre esse objeto de estudo a fim de buscar elementos que contribuam para a compreensão de como esse vem sendo tratado pela literatura educacional nos últimos anos, mediante a realização de um levantamento e sistematização das pesquisas realizadas sobre as avaliações externas, com foco no SARESP, no período de 1990 a 2012.

Assim, apresentaremos, a seguir, os resultados dos levantamentos, leituras e sistematizações já realizados. Num primeiro momento, discutiremos, embasados nos autores que referenciam o trabalho, um breve histórico sobre o SARESP e seu advento e, num segundo momento, explicitaremos o panorama dos trabalhos científicos que tiveram como objeto de estudo o SARESP.

Um breve histórico do SARESP e das políticas educacionais desencadeadas a partir da análise de seus resultados nas escolas

No Estado de São Paulo, o direcionamento político rumo à construção de um sistema de avaliação externo às unidades escolares iniciou-se em 1992, quando foi instituído o Programa de Avaliação Educacional da Rede Estadual. Tal programa, que antecedeu ao SARESP, tinha como propósito, “obter elementos para formulação de políticas educacionais e de informar as escolas com dados objetivos acerca dos pontos críticos do processo ensino-aprendizagem” (SEESP, 1996, p. 3) e consistia numa sistemática de avaliações externas, das disciplinas de Língua Portuguesa e redação, Matemática, História, Geografia e Ciências, que eram aplicadas apenas aos alunos matriculados nas 8ª séries das escolas que faziam parte do Projeto Escola Padrão⁵³ criadas no ano de 1991, abrangendo inicialmente apenas 307 escolas de um total de 6.700 escolas à época. Atualmente a rede pública estadual conta com 5.578⁵⁴ escolas, visto que, o restante sofreu o processo de municipalização.

⁵³ O Projeto Escola Padrão implantado, gradativamente, em 2.224 escolas estaduais paulistas durante o Governo Fleury (1991-1994) pelo Decreto Estadual nº. 34.035/1991.

⁵⁴ Dados retirados do site da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Em 1994, o Programa de Avaliação Educacional da Rede Estadual foi ampliado e passou-se a avaliar o rendimento dos alunos de toda a Rede Pública Estadual, através de uma amostragem estatisticamente representativa da Rede Estadual Paulista, e não somente dos alunos matriculados nas escolas pertencentes ao Projeto Escola Padrão. Em documento oficial, a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo descreve uma de suas constatações, a partir da experiência do Programa de Avaliação Educacional da Rede Estadual,

(...) evidenciou a importância da avaliação educacional enquanto instrumento orientador para tomadas de decisão que visem a melhoria da qualidade do ensino oferecido pelas escolas. Impôs-se, assim, a necessidade de formular e consolidar uma política de avaliação do sistema educacional do Estado. (SEESP, 1997, p.5).

Assim, o Programa de Avaliação Educacional da Rede Estadual contribuiu para a construção do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, bem como as diretrizes políticas nacionais e internacionais. Portanto, no ano de 1996, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo instituiu o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), através da Resolução SE nº. 27, de 29 de março de 1996 e, no mesmo ano realizou-se a primeira avaliação do SARESP. Conforme informa Scorzafave (2010, p. 21):

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – é uma avaliação externa da Educação Básica, realizada desde 1996 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEESP. O SARESP tem como finalidade fornecer informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica da rede pública de ensino paulista, visando orientar gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria qualidade educacional.

Outras edições do SARESP foram realizadas nos anos subsequentes, com exceções dos anos de 1999 e 2006. Contudo, é necessário salientar que a edição do SARESP de 2005, em que todos os anos do Ensino Fundamental e Médio foram avaliados, foi determinante para o desencadeamento de uma série de políticas educacionais, que com o objetivo de buscar a melhoria da qualidade do ensino público paulista, tinha como alvo as mudanças nas práticas escolares e, justamente, no ano de 2006 não

houve a aplicação do SARESP, pois foi o ano em que os órgãos centrais analisaram e organizaram as políticas que viriam.

Os resultados do SARESP de 2005 evidenciaram à Secretaria Estadual de Educação a necessidade de realizar intervenções ou interferências, principalmente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no que tangia à alfabetização dos alunos, à aprendizagem de leitura e de escrita em todas as séries do Ensino Fundamental I, conforme explicita a parte preliminar da Resolução SE nº. 86/2007:

(...) a urgência em solucionar as dificuldades apresentadas pelos alunos de Ciclo I com relação às competências de ler e escrever, expressas nos resultados do SARESP 2005; a necessidade de promover a recuperação da aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I; a imprescindibilidade de se investir na efetiva melhoria da qualidade de ensino nos anos iniciais da escolaridade (...) (Resolução SE nº. 86/2007).

A partir do ano de 2007, a avaliação do SARESP passa a ter uma matriz de referência única, para cada disciplina, e em consonância às matrizes de referências das avaliações externas nacionais do Sistema de Avaliação da educação Básica (SAEB). Conforme afirma Scorzafave (2010), “desde de 2007, os resultados da avaliação do SARESP em Língua Portuguesa e em Matemática podem ser comparados aos da avaliação nacional (SAEB/ Prova Brasil) e aos do próprio SARESP ano após ano”.

Além da definição de uma matriz de referência única, nos anos de 2007 e 2008 inicia-se o processo de implantação de um currículo unificado na rede pública estadual, inicialmente, sinalizado pela Instituição do Programa Ler e Escrever, dedicado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, através da publicação da Resolução SE nº.86, de 19 de dezembro de 2007 e posteriormente com a Resolução SE nº 76, de 7 de novembro de 2008, que dispõe sobre a implementação da proposta curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual. O *Programa Ler e Escrever*, enquanto programa viabilizador da proposta curricular do Estado de São Paulo, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, trazia como principais objetivos, uma resposta aos resultados do SARESP/2005.

Art. 1º Fica instituído, a partir do ano de 2008, o Programa “Ler e Escrever”, com os seguintes objetivos:

I – alfabetizar, até 2010, a todos os alunos com idade de até oito anos do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino;

II – recuperar a aprendizagem de leitura e escrita dos alunos de todas as séries do Ciclo I do Ensino Fundamental. (Resolução SE 86/2007).

Desse modo, o SARESP determina as tomadas de decisões, no nível central das esferas governamentais, que afetam as unidades escolares diretamente em suas práticas, inclusive, é importante pontuar que, a função de Professor Coordenador para cada ciclo⁵⁵ do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, é criada no Estado de São Paulo, nesse mesmo período, através da Resolução SE nº. 88, de 19 de dezembro de 2007, tal Resolução também é influenciada pelos resultados expressos nas edições do SARESP.

Aliados, às políticas citadas até o momento e que estão diretamente ligadas ao SARESP, no ano de 2008 são instituídos o Programa de Qualidade da Escola – PQE e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP, pela Resolução SE nº. 74, de 6 de novembro de 2008, tais programas são considerados, no texto legal, indicadores de qualidade das escolas estaduais paulistas e que, permitem avaliar qualidade de ensino, fixar metas específicas para cada unidade escolar e subsidiar ações de melhoria para a qualidade de ensino. O IDESP é calculado considerando dois critérios específicos: fluxo escolar, em quanto tempo os alunos aprenderam, medido pela taxa de aprovação e reprovação, nas séries do Ensino Fundamental e Médio, e desempenho escolar, medido pelos resultados alcançados por cada escola no SARESP.

Assim, o SARESP não somente se consolidou ao longo dos anos enquanto sistema de avaliação externa de rendimento escolar do Estado de São Paulo como contribuiu, entre outras coisas, para o surgimento de um índice que mede o desempenho das escolas paulistas, a unificação do currículo do Ensino Fundamental e Médio, mediado pelo material didático do *Programa Ler e Escrever*, no caso do Ensino Fundamental I, e para a criação da função de professor coordenador pedagógico em cada segmento de ensino e em cada ciclo do Ensino Fundamental.

⁵⁵ Na Rede Pública Estadual Paulista o Ensino Fundamental foi e continua estruturado em dois ciclos, o primeiro abrangendo do 1º ao 5º ano e o segundo, do 6º ao 9º ano.

O que sinalizam os estudos sobre o SARESP (1990-2012)

A Fundação Carlos Chagas (FCC) realizou um levantamento do conhecimento produzido sobre a Avaliação na Educação Básica, do período de 1990 a 1998, sob a coordenação de Elba Siqueira de Sá Barreto (2001) e Regina Pahim Pinto (2001) e que foi publicado pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. As fontes utilizadas pelas autoras foram, principalmente, artigos de nove periódicos de maior expressão nacional (Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade, Educação & Sociedade, Em aberto, Ensaio, Estudos em Avaliação Educacional, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Revista da Faculdade de Educação da USP e Tecnologia Educacional), dissertações e teses e uma minoria composta por comunicações apresentadas em congressos, livros, capítulos de livros e relatórios de pesquisa.

No referido levantamento foram encontrados 218 artigos sobre a Avaliação no Ensino Básico e apenas dois que tratam diretamente do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), um intitulado “O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: implantação e continuidade” (BITTAR et al. 1998), em que as autoras descrevem um breve histórico da implantação do SARESP e do contexto em que o mesmo surgiu, além de situar os objetivos e os pressupostos desse sistema de avaliação. Já o outro trata do próprio documento de implantação do SARESP pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Outros oito artigos, embora não tenham tratado especificamente do SARESP, podem ser considerados como estudos precursores do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Isso

porque apresentam e discutem estudos de avaliação realizados a partir de 1988 e que foram importantes para criar em São Paulo certa competência em relação ao que se pode chamar de avaliação de rendimento escolar nos sistemas de ensino (INEP, 2001, p. 59).

Dentre os trabalhos levantados e relacionados pela Fundação Carlos Chagas, sob a coordenação de Barreto e Pinto (2001), consta o artigo: “Desenvolvimentos de projetos de avaliação do sistema educacional no Estado de São Paulo” em que a autora, Bernadete Gatti (1996), apresenta e discute as experiências de avaliação

realizadas nos anos de 1987, 1988 e 1989 de um possível Sistema Nacional de Avaliação proposto pelo MEC, com apoio do Banco Mundial, e as experiências de avaliação realizadas nos Estados da Federação, entre elas, destaca a avaliação da rede pública estadual Paulista no ano de 1992 num primeiro movimento de implantar um sistema de avaliação de rendimento escolar no âmbito da Secretaria de Educação de São Paulo vinculada, no momento, ao Projeto das Escolas-Padrão. Tal artigo, embora não trate especificamente sobre o SARESP, mas ao contextualizá-lo no cenário nacional possibilita que compreendamos melhor a trajetória histórica e política do SARESP.

Os estudos pioneiros realizados sobre os sistemas de avaliação de rendimento escolar nesta década sinalizaram que

(...) é importante que o sistema gere e processe informações que possibilitem melhor fundamentar a tomada de decisões quanto à formulação e implementação de políticas públicas. Revela também que a avaliação de monitoramento nos estilos Saeb, Saesp e Paemg não tem se revestido da conotação concorrencial e do caráter competitivo, que foi muito acentuado nas experiências de outros países, o que sinaliza para as limitações da aplicação de um modelo que utiliza testes e publica os resultados dos alunos por escola, tendo em mira, sobretudo, a orientação dos consumidores da mercadoria educacional. (INEP, 2001, p. 61).

Para a compreensão do estado do conhecimento sobre o SARESP na década seguinte, do período de 2000 a 2012, realizamos um levantamento de teses e dissertações produzidas e defendidas no interior das Universidades localizadas no Estado de São Paulo, a saber: Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de São Carlos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de Taubaté e Universidade São Francisco, visto que tal objeto de estudo foi mais amplamente discutido e produzido nas universidades localizadas no Estado de São Paulo.

De 2000 a 2012, encontramos vinte e oito trabalhos, dos quais três são teses de doutorado e o restante são dissertações de mestrado. A maioria das pesquisas encontradas sobre o tema foi realizada nos de 2006, 2007 2008. A maioria das

pesquisas desenvolvidas até 2007 possibilita visualizar o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, como um instrumento iminente para o direcionamento do currículo escolar. Tal fato se concretiza posteriormente, pois a partir do ano de 2007 uma série de resoluções entram em vigor, entre elas, as resoluções que dispõem sobre a proposta curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e Médio.

Os resultados do SARESP de 2005 são responsáveis pela implantação de uma proposta curricular organizada pelos *Programas Ler e Escrever*, destinado às séries iniciais do Ensino Fundamental e *São Paulo faz escola* destinado às séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além disso, cria-se o Índice de Desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo, o IDESP, conforme explicitado no Caderno do Gestor, publicado pela SEE-SP em 2010:

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, desenvolve desde de 2007, uma política educacional articulada em quatro grandes eixos: Implantação de uma base curricular comum para todas as escolas da rede estadual, organizadas pelos programas: ler e escrever (Ensino Fundamental – Ciclo I), São Paulo faz escola (Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio); Avaliação e metas de qualidade, com a completa reformulação do Saresp e a criação do Índice de Desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo (Idesp), que fixou metas de qualidade por escola e por segmento de ensino (...); Programa de incentivo aos profissionais da educação e mais qualidade na escola, com inovações nas carreiras (...) (caderno do Gestor, 2010, pp. 6-7).

Portanto, o que sinalizavam as pesquisas realizadas até o ano de 2007 sobre o SARESP como fator de indução sobre currículo nas escolas se concretizou efetivamente através dos textos legais e pelos documentos baixados pela SEESP.

Destacamos, ainda, as pesquisas de Machado (2003) e de Bauer (2006), que contribuíram para a ampliação da compreensão a respeito do SARESP para a definição de políticas de gestão na educação da rede de ensino estadual paulista, pois ambas discutem os usos dos resultados do SARESP para a definição de ações por parte das Diretorias Regionais de Ensino.

Machado (2003) faz uma análise da utilização dos resultados SARESP, do ano de 2000, como instrumento para direcionar as ações no nível das Diretorias de Ensino, visando à

melhoria da qualidade do ensino público. Nesse trabalho, a autora detalha e aprofunda a análise sobre o contexto de implantação e as principais características do SARESP e da utilização dos resultados da avaliação de 2000 pelas Diretorias de Ensino e assinala que o SARESP tem possibilidade de ser um instrumento para direcionar ações e políticas visando construir a qualidade do ensino nas escolas públicas estaduais, por estar alicerçado nos testes de rendimento dos alunos. Porém, destaca que o mesmo tem sido utilizado muito mais para dar visibilidade a esses resultados por escolas, estabelecendo um *ranking* que gera a comparação entre as escolas e enfatiza que, desse modo, as escolas e as Diretorias de Ensino são impossibilitadas de refletir sobre as condições nas quais os rendimentos dos alunos são alcançados e de propor iniciativas, ações e alternativas que viabilizem a construção de uma escola pública de qualidade.

Bauer (2006), ao pesquisar o uso dos resultados do SARESP na formulação de ações de formação de professores no âmbito das diretorias regionais da capital paulista, cujo problema que guiou as reflexões foi a análise sobre em que medida os resultados da avaliação sistêmica subsidiam a formulação de políticas de formação docente, aponta que os dados analisados sinalizaram que o uso dos resultados do SARESP para a elaboração de ações de formação docente depende da equipe responsável por essa formação no âmbito da diretoria e que as equipes tinham dificuldades no entendimento dos resultados da avaliação, fato que poderia ser uma das explicações para a diferenciação das ações observadas entre as diretorias. Também identificou que muitas das ações realizadas nas diretorias são desdobramentos de atividades de formação definidas pela SEE, para toda a rede de ensino, indicando, a partir de 2002, uma tendência à centralização das ações de formação. Também foram percebidas algumas iniciativas das diretorias na busca de ações de formação balizadas pelas necessidades dos professores evidenciadas pelos resultados da avaliação.

A partir de 2007, as pesquisas sobre o SARESP se intensificaram e trouxeram elementos diversificados para a compreensão desse objeto de estudo. Um exemplo é o estudo de Freire (2008), que retoma a discussão sobre o impacto do SARESP no interior das escolas. Com base em um estudo de caso, estuda as vicissitudes

provocadas pelo SARESP na dinâmica de uma escola da rede estadual da Grande São Paulo, no decorrer do processo avaliativo do ano de 2005. O objetivo foi investigar o percurso que foi trilhado pela escola, além de apreciar sua eventual articulação com os objetivos traçados pela SEE. Ao finalizar este estudo, a autora verificou que a avaliação externa não mantém um diálogo com a cultura de avaliação da escola, tão necessária para que a educação em nosso Estado trilhe um caminho em busca da qualidade e sinaliza a necessidade do aprofundamento desta questão.

Chiste (2009), ao investigar a repercussão do resultado positivo de seus alunos nas avaliações do SARESP em duas escolas no ano de 2007, realizou um apontamento importante de alguns fatores e ações que contribuem para o bom rendimento destas escolas: grupo de professores efetivos trabalhando na escola há muitos anos e de maneira coesa, busca por resultados que traduzem os esforços dos docentes e dos alunos; reuniões com professores e gestores para reavaliar e discutir estratégias pedagógicas; diretores e coordenadores atuantes, servindo de ligação entre anseios dos alunos, da comunidade e os da escola.

A tese de Paulo Henrique Arcas (2009) favoreceu a ampliação da compreensão acerca dos estudos sobre o SARESP ao investigar as implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar. Com o objetivo de identificar e analisar eventuais alterações ocorridas na avaliação, induzidas pela implantação dessas medidas, o autor realizou o levantamento de pesquisas acadêmicas acerca dos temas tratados, aplicou questionários e realizou entrevistas com professores coordenadores de escolas de uma Diretoria de Ensino da rede estadual paulista e, após a análise dos dados, concluiu que a Progressão Continuada e o SARESP estão refletindo na avaliação escolar. Contudo, identificou-se que a Progressão Continuada tende a influenciar mais o discurso do que as práticas avaliativas e enfrenta maior resistência do professorado. Segundo o autor

O SARESP tem assumido, gradualmente, o papel de orientador de práticas escolares, sendo utilizado no planejamento e replanejamento das escolas. Tem repercutido nas práticas avaliativas, induzindo ao fortalecimento de uma concepção de verificação escolar, em detrimento da avaliação formativa, potencializada pela progressão continuada. O dilema causado pela convivência dessas medidas evidencia um confronto entre a lógica da avaliação

formativa com práticas tradicionalmente desenvolvidas nas escolas, que tendem a restringir a avaliação à medida de resultados, com fim classificatório. O SARESP, ao servir como referência para organização das práticas escolares e avaliativas, potencializa a tensão entre a avaliação tradicional e a avaliação formativa. Devido à importância que tem adquirido na política educacional, evidenciou-se a tendência em tornar-se gradativamente, indutor do trabalho escolar. (Arcas, 2009, p. 09).

Alves (2010) investigou como professores de duas escolas do município de Guarulhos agiam sob os efeitos do SARESP, segundo ele, importante ferramenta de gestão administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Para compreender a produção do cotidiano desses sujeitos, foi utilizada a perspectiva de Michel de Certeau, analisando o uso de *táticas*, ou seja, de usos cotidianos que se distanciam ou apropriam das normativas do exame, considerado, na pesquisa como uma *estratégia* do Estado para o controle do trabalho docente. Os resultados indicaram um grande desconhecimento dos professores das duas escolas em relação a essa medida estatal e também mostraram que eles já conheciam muitas maneiras de lidar com ela, sendo que algumas eram consensualmente vistas como legítimas pela grande maioria, como os simulados aplicados com frequência, a utilização de questões de provas antigas e os estímulos à adesão discente à prova. Porém, as escolas diferiram no que dizia respeito à mobilização da equipe pedagógica como um todo para um uso bem sucedido e contínuo dessas *táticas*. O autor aponta, pois, que ainda é preciso refletir sobre a utilização dos seus resultados.

Camba (2011) pretendeu, com sua pesquisa, disponibilizar um leque de vetores como (re)orientadores dos rumos da política apontando especificidades do processo de implementação de uma política, para tanto analisou a trajetória da elaboração e implementação da política de avaliação no Brasil com foco no SARESP, através da descrição e análise de três gestões governamentais que, no período de 1995 a 2010, elaboraram e implementaram a política de avaliação. Essa periodização permitiu reconhecer os momentos de iniciação, desenvolvimento e consolidação e, simultaneamente, em que medida cada uma das gestões, foram imprimindo ajustes e criando dispositivos de (re) orientação e/ou fortalecimento de seus propósitos vinculados a criar uma cultura de avaliação e fornecer subsídios para discutir a

melhoria da qualidade da educação. A autora concluiu que o instrumento instalou-se de forma permanente e que a política do SARESP se consolidou.

Em suma, os estudos realizados até 2007 sinalizavam o SARESP como fator de indução sobre o currículo nas escolas, já os estudos realizados após 2007 apontavam o SARESP como orientador de práticas escolares e fator de legitimação das mesmas nas Diretorias de Ensino.

Considerações finais

Tanto a trajetória histórica do SARESP, das políticas públicas que decorreram dos resultados, evidenciados por essa avaliação sistêmica, quanto o panorama dos estudos realizados cujo objeto foi o SARESP, nos permite ampliar a compreensão de como esse sistema foi se configurando na rede pública do Estado de São Paulo, se tornando direcionador de políticas públicas, tendo sempre como alvos as unidades escolares e, ainda, de como o próprio SARESP foi sendo legitimado, ao longo dos anos, nas Diretorias de Ensino e nas escolas, cada qual a seu modo.

Nesse sentido, salientamos a necessidade de se compreender as maneiras pelas quais as equipes escolares se relacionam, legitimam ou não, resistem ou modificam suas práticas escolares, diante da política do SARESP, pois entendemos que o SARESP, com quase duas décadas de existência, está consolidado como política pública, e está presente na história cotidiana da educação paulista, nas instituições escolares e as maneiras de como ele se manifesta nas práticas escolares ainda é, segundo Frago (1996) uma “caixa preta” a ser aberta e investigada.

Referências bibliográficas:

ALVES, C. (2010). *Táticas docentes frente aos efeitos do SARESP*. São Paulo, Dissertação: UNIFESP.

ARCAS, P. (2009). *Implicações da Progressão Continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendência*. São Paulo, Tese: PUC.

AZANHA, J. (1990 – 1991). *Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisas*. In: Revista da USP. São Paulo, nº 8, p. 65 – 69, Dez./Fev.

BAUER, A. (2006). *Uso dos resultados do SARESP: o papel da avaliação nas políticas de formação docente*. São Paulo, FEUSP.

- BITAR, H. A. et al. (1998). CONHOLATO, Maria Conceição e FERREIRA, Maria José do Amaral.(coord.). *O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo: Implantação e Continuidade*. Ideias, São Paulo, n.30, p. 9-20.
- BRASIL, LDB. Lei nº. 9.394. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília.
- CAMBA, M. (2011). *As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual: análise do SARESP como política de avaliação no Estado de São Paulo, Brasil*. São Paulo, Tese: UNICAMP.
- CATANI, D. (2009). GALLEGO, Rita de Cassia. *Avaliação*. Editora Unesp. São Paulo.
- CHISTE, M. C. SARESP (2009). *Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: repercussão do resultado positivo em duas escolas no ano de 2007*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ESCOLANO, A. B. FRAGO, A. V. (2001). *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. (Tradução: Alfredo Veiga Neto). 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- FRAGO, A. (1996). *Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio*. VIII Jornadas Estatales Forum Europeo de Administradores de la Educación, Murcia.
- FREIRE, L. (2008). *SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual*. São Paulo, Dissertação: FEUSP.
- GALLEGO, R. (2008). *Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)*. São Paulo, Tese: FEUSP.
- MACHADO, C. (2003). *Avaliar as escolas estaduais para que? Uma análise do usos resultados do SARESP*. São Paulo, FEUSP.
- SÃO PAULO. (2010). Secretária de Estado da Educação. *Caderno do Gestor: gestão do currículo na escola*. São Paulo: SEESP/ SP.
- _____. (1997). Secretária de Estado da Educação. *Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo*.
- _____. (1991). Decreto Nº. 34.035. *Institui o Projeto Educacional Escola-Padrão*.
- _____. (2007). Resolução SE Nº. 86. *Institui, para o ano de 2008, o Programa "Ler e Escrever", no Ciclo I das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental das Diretorias de Ensino da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo*.
- _____. (2007). Resolução SE Nº. 88. *Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador*.
- _____. (2008). Resolução SE nº. 74. *Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE*.
- _____. (2008). Resolução SE Nº. 76. *Dispõe sobre a implementação da proposta curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio*.
- SCORZAFAVE, L. (2011). *As avaliações externas no Brasil*. São Paulo: USP.